



PROVOCAÇÕES MORFOLÓGICAS À GRAMÁTICA COGNITIVA

MORPHOLOGIC PROVOCATIONS TO COGNITIVE GRAMMAR

Janderson Lemos de Souza¹

RESUMO

Este artigo discute motivações semânticas sobre a morfologia nos termos da gramática cognitiva, modelo da linguística cognitiva. Para tanto, recupera as distinções entre *coisa e relação, tipo e instância, autonomia e dependência, analisabilidade e composicionalidade*, tendo em vista demonstrar que a morfologia tem lugar desde o início do modelo e defender a articulação entre a formação de significados e a formação de palavras com base na polissemia. O enfoque no uso criativo das construções (produtividade) implica deslocar a prioridade de um processo cognitivo de domínio geral, a esquematização, para um processo cognitivo de domínio específico, a instanciação. A principal conclusão é que a noção de interface morfologia-semântica é menos adequada ao modelo que a concepção da morfologia como uma das manifestações da semântica.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Semântica; Gramática Cognitiva; Linguística Cognitiva.

ABSTRACT

This paper addresses semantic motivations to morphology in the terms proposed by cognitive grammar, a model of cognitive linguistics. For such, it recapitulates the distinctions thing vs relation, type vs instance, autonomy vs dependence, analyzability vs. compositionality. The main aim is demonstrating that morphology is present since the beginning of the model and defending the articulation between meaning-formation and word-formation on the basis of polysemy. The focus on the creative use of constructions (productivity) implies the shift of priority from a domain-general cognitive process (schematization) to a domain-specific cognitive process (instantiation). The primary conclusion is that the so-called morphology-semantics interface is less adequate to the model than the conception of morphology as one the manifestations of semantics.

KEYWORDS: Morphology; Semantics; Cognitive Grammar; Cognitive Linguistics.

¹ Professor do Departamento de Letras (área de Estudos da Linguagem) e do Programa de Pós-graduação em Letras (área de Estudos Linguísticos) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: janderson.souza@unifesp.br



Delimitando a questão

Este artigo parte da afirmação de que:

Morphology has never been a focus in Cognitive Grammar (CG), but neither has it been ignored. A wide range of morphological problems, issues, and phenomena have been addressed in general presentations of the framework and in its application to particular languages. The CG approach to morphology follows directly from certain fundamental principles: dynamicity; the usage-based approach; the functional basis of language; and structure residing in flexible assemblies. (LANGACKER, 2019, p. 1)

Meu objetivo é demonstrar que a gramática cognitiva tem feito bem mais que não ignorar a morfologia, exatamente porque ajusta aos fundamentos da linguística cognitiva o tratamento a questões que o lexicalismo gerativo formulou de maneira original na história da linguística, especialmente aos processos de formação palavras. Isso se dá, inclusive, com a preservação de termos, como *lexema* e *item lexical*, ressaltada a rejeição à autonomia forte da sintaxe, o que confere aos termos e às questões outro olhar epistemológico, em que a semântica não é um adorno, e sim a razão de ser da gramática.

A posição defendida é que não somente a gramática cognitiva não ignora a morfologia, como é o modelo da linguística cognitiva que mais atenção dispensa à morfologia. Não por acaso, Basilio (2010), ao cotejar a abordagem gerativa e a abordagem cognitiva à formação de palavras, se restringe às proposições da gramática cognitiva. No entanto, minha adesão crítica me leva a identificar pontos em que o modelo incorre na agenda que ajudou a superar.

Em Lemos de Souza (2010), adoto a gramática cognitiva para propor um tratamento à formação de substantivos a partir de verbos, em particular, e à formação de palavras, em geral, tratamento que depende da ampliação do papel da polissemia no modelo. Neste artigo, mantenho a proposta e pretendo ir além: explicitar que a proposta mira num nível de especificidade maior que o privilegiado pelo modelo, razão por que parece faltar à gramática cognitiva o devido espaço à morfologia.

Na afirmação de partida, vemos que Langacker (2019) submete o tratamento de questões morfológicas a princípios fundamentais, tais como a abordagem baseada no uso. Deixando de lado a apropriação do “baseado no uso” pela linguística funcional, oponho-me à crítica segundo a qual a gramática cognitiva nunca implementou o que sempre professou: amparar suas análises em dados do uso, e não em dados de introspecção.

A razão que identifico para tal fato é que o modelo sempre teve em vista o significado construcional, o *construal* imposto por uma construção, e não o significado do item lexical. O ponto aqui é que “A constructional schema’s semantic pole constitutes a **constructional meaning**, the schema’s contribution to the overall meaning of composite expressions” (LANGACKER, 2009, p. 14).

Ressalte-se que o modelo dá margem a que o termo *construção* seja associado a dois diferentes níveis de generalidade:

In CG, grammatical patterns are represented by means of schemas. A **construction** is defined as either an expression (of any size), or else a schema abstracted from expressions to capture their commonality (at any level of specificity). Expressions and the patterns they instantiate are thus the same in their basic nature, differing only in degree of specificity. (LANGACKER, 2009, p. 2)

O “esquema abstraído de expressões” remete a um dos processos de domínio geral caracterizados pelo modelo: esquematização. As expressões remetem à direção oposta, em que esquemas são preenchidos: trata-se de instanciação, que, num modelo que visa à generalidade, não corresponde a um processo cognitivo de domínio geral e guarda relação direta com o que o lexicalismo gerativo define como produtividade. Aliás, *produtividade* é um dos termos preservados pela gramática cognitiva.

Pelos mesmos motivos que informam este artigo, Almeida, Lemos de Souza e Kewitz (2018) distinguem entre *construção*, *expressão*, *esquema* e *molde*. Construção em relação à unidade da gramática, esquema em relação ao resultado da esquematização (de baixo para cima), expressão em relação ao esquema preenchido via instanciação (de cima para baixo) e molde em relação à disponibilidade cognitiva para a formação de expressões (produtividade).

Naquela publicação, tratamos da formação de preposições complexas e postulamos dois moldes: preposição + substantivo + preposição (PSP) e preposição + advérbio + preposição (PAP). Ainda não tínhamos nos detido nos exemplos que a literatura oferece de preposições formadas com advérbios, como “em cima de”, “embaixo de” e “acerca de” (cf. Castilho, 2010, p. 588). Em Kewitz, Almeida e Lemos de Souza (2020), flagramos um lapso despercebido pela tradição ao demonstrarmos que “cima” e “cerca” são substantivos e “baixo” um adjetivo em função de substantivo para ser o escopo de uma preposição. Do contrário, teríamos afirmado, em Almeida, Lemos de Souza e Kewitz (2018), que há tão-somente o molde PSP, o que reforça a conclusão de que a classe das preposições não é de todo fechada por incluir uma classe aberta.

A necessidade de distinguir entre esquemas e moldes se deve exatamente à independência entre a esquematização como processo de domínio geral e a instanciação como processo de domínio específico. Por exemplo, expressões como “calvície”, “imundície” e “planície” deflagram a esquematização de [A + ície]. A indisponibilidade de [A + ície] para a formação de novas expressões revela que se trata de um esquema, e não de um molde. Já expressões como “velhice”, “chatice” e “burrice” deflagram a esquematização de [A + ice]. A disponibilidade de [A + ice] para a formação de novas expressões revela que se trata de um esquema (produto da esquematização) e de um molde (disponível para a instanciação).

A propósito, dado o número finito das unidades reais que correspondem a [A + ície] em contraste com o número infinito das unidades potenciais que correspondem a [A + ice], a

suplantação da construção improdutiva pela produtiva caracteriza mais um exemplo da atuação da morfologia na mudança da língua. Ao longo deste artigo, tal atuação será associada à instanciação de uma construção por uma unidade morfológicamente complexa, numa sucessão de camadas morfológicas.

Aqui enfatizo que a falta de atenção à generalidade do esquema (tipo) e à especificidade da expressão (instância) é o que leva à cobrança – que considero indevida – ao modelo por dados do uso. Afinal, os dados reunidos num *corpus* serviriam ao levantamento de expressões, esquemas preenchidos, enquanto o significado construcional se situa nos esquemas não preenchidos. O que une esquemas e expressões é que:

Both specific expressions and abstracted schemas are capable of being entrenched psychologically and conventionalized in a speech community, in which case they constitute established **linguistic units**. Specific expressions with the status of units are traditionally recognized as lexical items. More schematic units correspond to what is traditionally regarded as grammar. The difference, though, is a matter of degree, and in CG these form a continuum. (LANGACKER, 2009, p. 2)

Em outras palavras, é a rotinização que confere status de unidade a esquemas e expressões, e a rotinização é um fenômeno inerente ao uso. Portanto, a ausência de dados do uso na gramática cognitiva não apenas não trai o projeto de modelo baseado no uso, como propicia a articulação entre a linguística cognitiva e a linguística de corpus, especialmente no que diz respeito à quantificação das colocações a partir das quais os esquemas são apreendidos. Seguindo a metodologia adotada pela gramática cognitiva, a introspecção é adotada na análise dos dados neste artigo (cf. Gibbs Jr., 2006).

Meu interesse no significado lexical explica por que, em Lemos de Souza (2010), não desdubro o significado das construções [V + ção] e [V + mento] nos elementos previstos pelo modelo: especificidade, foco, proeminência e perspectiva. Lá e na última seção deste artigo, defendo a tese segundo a qual a instanciação de uma construção é motivada, não só mas sobretudo, pela polissemia.

Recuperando distinções

Exposto o entendimento de que a gramática cognitiva é um modelo baseado no uso que não se dedica ao levantamento de expressões, e sim ao polo semântico das construções, sejam elas disponíveis ou indisponíveis para a formação de novas expressões, retome-se do modelo outro processo de domínio geral: categorização. Graças a ele, língua e mundo oferecem experiências a categorizar, sendo as palavras um dos tipos de fenômenos a distribuir em categorias.

No âmbito da língua, a categorização é considerada o processo que resulta, não só mas também, em polissemia. Soares da Silva (2006) enfatiza que é a categorização que constitui

o caráter qualitativo da polissemia, concebida, por conseguinte, como categorização de significados. A tarefa de identificar que significados levam a que significados por meio da mudança de perspectiva, da incidência da metáfora ou da atuação da metonímia, rastreando a categorização, como o autor faz quanto ao verbo “deixar”, não se confunde com a identificação da polissemia como um estado de coisas estabelecido, sendo este o expediente adotado neste artigo.

Passo, então, às distinções que a gramática cognitiva formula, tendo em vista associar a polissemia como uma das motivações à formação de palavras. Começo pela distinção entre *tipo* e *instância*.

Na seção anterior, o que se viu Langacker (2009, p. 2) fazer com o conceito de construção foi exatamente permitir seu entendimento como tipo (esquema) ou instância (expressão). Meu emprego do modelo é que inclui a defesa de que construção seja entendida como tipo, tendo em vista evitar que se conceba um modelo baseado no uso apenas como um modelo que cuida de instâncias.

A distinção entre *tipo* e *instância* permite entender outra, entre léxico e gramática: “(...) **lexicon** can be characterized as residing in fairly specific symbolic assemblies, and **grammar** in more schematic ones” (LANGACKER, 2008, p. 22). Novamente, o nome do modelo se revela autoexplicativo quanto ao seu compromisso com a generalidade. Daí, como visto, o significado construcional ser mais geral que o significado lexical e ser o que interessa ao modelo.

Os tipos, por sua vez, só se distinguiram entre morfológicos e sintáticos uma vez instanciados:

All of this holds for both morphological and syntactic patterns. If we wish to make a distinction, we can do no better than follow the tradition of drawing the line at the level of the word. **Morphology** is then described by schematic assemblies (like *N+less*) whose instantiations are no larger than words, and **syntax** by assemblies (like *N₁+less N₂*) with multiword instantiations. (LANGACKER, 2008, p. 24)

Aqui se poderia acusar o modelo de incorrer em circularidade por isolar a instanciação como critério para a distinção entre morfologia e sintaxe e por apelar para um subproduto indesejável do lexicalismo gerativo, o conceito de palavra (cf. Lemos de Souza, 2013). A circularidade estaria em ignorar que [N + less] é um esquema abstraído de uma palavra enquanto [N₁ + less N₂] é um esquema abstraído de mais de uma palavra como efeito do processo de esquematização. Não é, portanto, a instanciação desses esquemas que revelará que um é morfológico e outro é sintático.

A meu ver, o modelo promove um salto explanatório ao abandonar o conceito de palavra e adotar o status de unidade, permitindo a distinção entre morfologia e sintaxe sem isolar a instanciação, e sim apontando a alternância entre a instanciação e a esquematização. Como

pretendo desenvolver na seção 4 deste artigo, a instanciação é o processo de domínio específico que permite tratar a produtividade como um fenômeno semanticamente motivado, com consequências fonológicas.

Outra distinção que recupero é entre *autonomia* e *dependência*. A assimetria ou o alinhamento A/D está presente desde a origem da gramática cognitiva.

Para Langacker (1987):

On the basis of this analysis, we expect *A/D* asymmetry and the stem/affix distinction to be more tenuous in composite forms where neither morpheme can occur alone. An example is provided by the large family of forms having *re-*, *ex-*, *trans-*, *per-*, *de-*, etc. as initial elements, and *-ceive*, *-port*, *-fer*, *-duce*, *-tain*, etc. as final elements (e.g. *receive*, *pertain*, *export*, *deduce*, *transfer*). Despite their limited semantic analyzability, speakers can segment these forms into structurally significant subparts because of the many combinations observed. (p. 360)

Aqui as noções de radical e afixo, legadas pela tradição, com a qual, como vimos na citação anterior, a gramática cognitiva concorda em diferentes pontos, são caracterizadas pela autonomia e pela dependência. Entretanto, mais importante que classificar formas como radicais ou afixos me parece a condição de elemento variável (autônomo) ou invariável (dependente) em cada construção.

Para Langacker (2008):

Elaboration sites point to a fundamental aspect of linguistic organization. They indicate that certain structures, by their very nature, do not stand alone but require the support of others – they are dependent on other, more autonomous structures for their own manifestation. Thus dependent structures cannot be described independently, in their own terms, but only in relation to the autonomous structures that support them. As a consequence, a dependent structure refers schematically to an autonomous, supporting structure as an intrinsic aspect of its own characterization. This schematic substructure functions as an e-site when the dependent structure combines with an autonomous one.

The asymmetry between autonomous and dependent components, referred to as *A/D*-alignment, is a general feature of language design. (p. 199)

Aqui, o alinhamento A/D é associado ao próprio desenho da linguagem, sem exclusividade a radicais e afixos. Retomando o exemplo [N + *less*], o variável N se caracteriza pela autonomia enquanto o invariável *less* se caracteriza pela dependência, sem recair na discussão sobre *less* ser um sufixo mas sem embargo a que se pergunte por que *less* veio a ser o elemento fixo na construção [N + *less*], o que propicia o emprego diacrônico da gramática cognitiva.

Em Langacker (2019), a manifestação mais recente do modelo, dedicada exatamente ao lugar da morfologia:

More usual is for the components of complex words to exhibit the asymmetry reflected in the labels **stem** and **affix**. These can be characterized in terms of fundamental notions of CG (Tuggy 1992). Key factors are **autonomy/dependence** and the abstraction of units from usage events. (p. 11)

Como se vê, o autor retoma a associação entre o alinhamento A/D e a morfologia, reforça que o processo de esquematização opera no uso da língua e resgata o nexo entre ser um radical e ser autônomo e ser um afixo e ser dependente.

Para explicar por que esse é um dos pontos em que o modelo incorre em dificuldades que ele mesmo permite superar, passo à distinção entre *coisa* e *relação*. Ela se soma à articulação entre ser um radical e ser autônomo, de um lado, e ser um afixo e ser dependente, de outro, na medida em que ser um radical implica autonomia por destacar uma coisa enquanto ser um afixo implica dependência por destacar uma relação.

At the semantic pole, a prime example of unipolar A/D-alignment is the distinction between things and relationships. For typical cases (and with certain oversimplifications), we can say that things are conceptually autonomous and relationships are dependent. It is possible for a physical entity (e.g. a rock, a table, or a cat) to be conceptualized in and of itself, without its relationship to other objects being invoked in any crucial or salient way. By contrast, a relationship is conceptually dependent on its participants. (LANGACKER, 2008, p. 200)

Aqui opto por não recapitular os conceitos desde a origem do modelo porque não identifico oscilação em sua aplicação. Nesta seção, dedicada a distinções que me parecem cruciais para o entendimento da gramática cognitiva, em geral, e de sua abordagem à morfologia, em particular, recupero a distinção entre *coisa* e *relação* tendo em vista acompanhar o raciocínio segundo o qual o destaque (*profile*) é uma das dimensões semânticas de toda e qualquer construção.

Tal distinção é aplicada tanto, como visto acima, à distinção entre radical e afixo, num expediente que considero excusado, quanto à definição das classes de palavras, num expediente que considero contribuir para a abordagem integrada anunciada por Langacker (1987).

Much the same is true for classes defined semantically. What makes something a noun, for example, is not that it bears any special label, or is found on a list of category members that have to be learned as such. What makes it a noun is rather an intrinsic aspect of its meaning: the fact that it profiles a thing. In similar fashion, the count/mass distinction depends on whether this thing is construed as being bounded, and the common/proper distinction depends on whether the specified type is conceived as having multiple instances (fig. 10.3). (LANGACKER, 2008, p. 336)

Nesta apropriação do modelo, com vistas a ressaltar a condição da morfologia como manifestação das motivações semânticas que organizam toda a gramática, sem os embaraços criados por teorias contra as quais a linguística cognitiva se insurge, rejeito a articulação radical/autonomia vs afixo/dependência e preservo a articulação coisa/autonomia vs relação/

dependência. Somente assim me parece possível todo o debate sobre palavras se converterem em afixos ou sobre afixos se converterem em palavras ceder espaço à investigação sobre as motivações semânticas para uma relação se converter em coisa ou uma coisa em relação. Isso nos leva de volta à exploração diacrônica do modelo.

Silva (2019), em seu estudo sobre a construção [multi + S], que se instancia em expressões como “multiletramento” e “multiprocessador”, demonstra que “multi” remete ao adjetivo latino “*multus*” na origem de um percurso histórico que culmina em sua condição de elemento fixo da construção [multi + S] do português. Com isso, a autora contorna a discussão sobre o que é um radical ou um afixo em prol de uma discussão sobre as razões para uma construção ter um elemento fixo e um elemento variável: o elemento fixo contribui para o significado construcional (relativo ao esquema) enquanto o elemento variável contribui para a produtividade da construção (relativa ao molde).

Mantidas categorias como palavra, radical e afixo, a distinção entre coisa e relação tolhe o poder explicativo do modelo:

An expression’s grammatical category is determined by the nature of its profile (Langacker 1987a: chs. 5-7, 1987b). A noun profiles a thing (abstractly defined), as does a nominal. A verb profiles a process, as does a finite clause. A process is characterized as a relationship apprehended by tracking its development through time. Adjectives, adverbs, and prepositions profile various kinds of relationships that are non-processual. (LANGACKER, 2009, 111-112)

Isso porque, se adjetivos destacam uma relação e afixos são afixos porque destacam uma relação, então a deriva do adjetivo latino “*multus*” a elemento fixo da construção portuguesa [multi + S] tem de ser descrita como uma evolução de relação a relação tão-somente, sem se distinguir da formação de um adjetivo a partir de verbo ou de verbo a partir de adjetivo. O mais relevante é a evolução de elemento variável e, conseqüentemente, disponível para instanciar diferentes construções do latim a elemento fixo e, conseqüentemente, constitutivo do *construal* da construção [multi + S] do português: um elemento é variável para viabilizar a construção como molde, a produtividade; um elemento é fixo para viabilizar a construção como esquema.

Com isso, deixamos de ter palavras, radicais e afixos mas não perdemos de vista a distinção entre nomeação e predicação. Tanto o adjetivo do latim quanto o elemento fixo da construção [multi + S] do português conservam a função de predicar. Por isso, o destaque de relação se mantém. No entanto, o poder explicativo do modelo permite ir além de flagrar um caso de evolução de relação a relação, na medida em que associa o destaque à configuração estrutural de uma construção. A deriva se revela no convívio em uso de palavras como “*multidão*”, herdada, logo ilustrativa da atuação de “*multus*” como elemento variável a instanciar uma construção do latim, e palavras como “*multitarefa*”, vernácula, logo ilustrativa de “multi” como elemento invariável de uma construção do português.

Encerro esta seção com a distinção entre analisabilidade e composicionalidade. Trata-se da distinção mais difundida entre as aplicações do modelo, cujo compromisso com a composicionalidade parcial guarda relação direta com a distinção entre o significado construcional e o lexical. O enfoque do modelo na motivação semântica da gramática tanto preserva a independência entre analisabilidade e composicionalidade quanto articula a relação entre a analisabilidade e o polo fonológico com a relação entre a composicionalidade e o polo semântico:

When established as lexical items, symbolically complex expressions vary in their degree of **analyzability**, defined as the extent to which speakers recognize the semantic contributions of component elements. Novel expressions are fully analyzable, since the speaker has to construct them from component elements on the basis of their meanings. Established expressions may be less analyzable. They come as prepackaged assemblies, whose composite forms and meanings are well-known and well-rehearsed, so it is not essential that the component structures be mentally accessed individually. (LANGACKER, 2009, p. 26)

Essa articulação é fundamental para o raciocínio esboçado na próxima seção. Na apropriação do modelo neste artigo, associa a analisabilidade à sobreposição de camadas morfológicas (ou construcionais) e à arquitetura da sílaba. A formação de palavras se dá em condições de máxima analisabilidade ao passo que a aquisição de palavras formadas em estágios anteriores da língua pode não apenas se dar como Langacker (2009) prevê.

Além de “prepackaged assemblies”, as unidades se submetem tanto à remontagem da camada morfológica inferior quanto à formação de outra palavra em camada morfológica superior, a depender da frequência de uso das palavras envolvidas, dando margem à mudança linguística (cf. Lemos de Souza, 2016). Novamente, isso exige o contraste entre o elemento variável e o elemento invariável de uma construção como indicativos dos dois graus enfatizados neste artigo: o variável em função do significado lexical, o invariável em função do significado construcional.

Explorando a produtividade

Esta seção é dedicada à exploração da gramática cognitiva como modelo capaz de descrever e explicar a formação de palavras. A separação entre a formação de palavras como parte da alçada da morfologia e a formação do significado como parte da alçada da semântica é a primeira das artificialidades a abandonar.

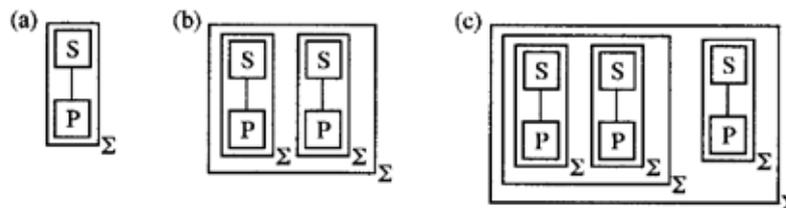
Dar esse passo implica submeter os fenômenos de forma aos fenômenos de sentido e identificar a alternância entre processos cognitivos de domínio geral e processos cognitivos de domínio específico. Para isso, identificar o significado construcional cede prioridade ao significado lexical como resultado da compatibilização do significado construcional com

um processo cognitivo de domínio específico: a instanciação. Enfocar tal processo me leva a traduzir como sobreposição de camadas construcionais o que foi pensado como sobreposição de camadas morfológicas por regras e a eleger a arquitetura da sílaba como parâmetro de analisabilidade.

Começo por recuperar da literatura a concepção da complexidade estrutural como camadas de base + afixo segundo o lexicalismo gerativo:

(...) a palavra morfológicamente complexa, ou seja, a palavra que contém mais de um elemento, é estruturada basicamente como a combinação de uma base com um afixo. Essa base pode, por sua vez, ser complexa, isto é, também estruturada em termos de base e afixo. Assim, podemos ter vários níveis ou camadas na estrutura de uma palavra. Vejamos, por exemplo, as palavras *centro*, *central*, *centralizar*, *descentralizar*, *descentralização*. A primeira palavra (*centro*) é constituída apenas pela base, embora se possa considerar que esta apresente uma vogal temática. A segunda palavra (*central*) é formada pelo acréscimo do sufixo *-al* à base; a terceira (*centralizar*), formada pelo acréscimo do sufixo verbalizador *-izar* à base, constituída pelo adjetivo *central*; a quarta (*descentralizar*) é formada pelo acréscimo do prefixo negativo *des-* à base verbal *centralizar* e, finalmente, a quinta (*descentralização*) é formada pelo acréscimo do sufixo substantivador *-ção* à base *descentralizar*. Vemos, pois, que, em todos os níveis, temos uma construção de base + afixo. (BASILIO, 1987, p. 15)

O que a autora formulou como acréscimo de camadas morfológicas por regras de formação de palavras me parece contemplado pela gramática cognitiva como instanciação de uma construção por outra construção estruturalmente simples ou complexa, repercutindo diretamente na analisabilidade e na composicionalidade:



(LANGACKER, 2008, p. 15)

No entanto, o modelo não associa a instanciação de uma construção à polissemia da outra a atuar como elemento variável. Por exemplo, a citada construção [N + less] do inglês pode ter sua instanciação associada não apenas à caracterização semântica de um substantivo como palavra que destaca uma coisa. Assim, a polissemia de “*flaw*” interfere na formação de “*flawless*”, bem como a polissemia de “*speech*” interfere na formação de “*speechless*”, e não apenas a condição de “*flaw*” e “*speech*” como coisas. Mas por que o modelo deveria fazê-lo?

A meu ver, porque não basta ser um N para instanciar a construção [N + less] do inglês ou ser V para instanciar as construções [V + ção] e [V + mento] do português. Já não seria pela concepção formal das classes de palavras porque, como visto, as classes são definidas

semanticamente pela gramática cognitiva. Seria pelo fato de o significado da expressão formada nem sempre capturar todos os significados da construção que instancia o molde que resulta na expressão.

Por exemplo, as construções [V + ção] e [V + mento] parecem igualmente disponíveis à instanciação assim como legaram ao português expressões resultantes de instanciações que remetem à formação da língua, como pelo verbo “depor” em “deposição” e “depoimento”. Os exemplos são de expressões antigas exatamente para permitir ver a baixa analisabilidade: a relação entre “pôr” e “posição” remete à forma que exprime aspecto conclusivo (“*positum*”) enquanto a relação entre “pôr” e “poimento” remete à forma que exprime aspecto inconclusivo (“*ponēre*”).

A excepcionalidade fonológica do que se vê em “poimento”, uma forma presa, segue um padrão em que os processos que afetam as formas mais simples diferem dos processos que afetam as formas mais complexas. Por exemplo, o verbo “ter” não é nominalizado como “tenção” mas os verbos “reter”, “deter” e “conter” são nominalizados como “retenção”, “detenção” e “contenção”.

Em virtude de uma transformação fonética das vogais interiores o segundo elemento dos compostos latinos se desfigura freqüentemente, tornando às vezes irreconhecível a relação do composto com o primitivo. Assim, ao lado de *facio*, temos *reficio*, *conficio*; ao lado de *teneo*, *retineo*; de *tango*, *contingo*; de *salto*, *insulto*; e assim por diante. (MAURER Jr., 1959, p. 246)

Curiosamente, por mais que se repita que, na gramática cognitiva, uma construção consiste num polo fonológico (P na figura acima) e num polo semântico (S na figura acima), considerações fonológicas não costumam frequentar abordagens à gramática com base na linguística cognitiva. A razão de explorar a distinção entre analisabilidade e composicionalidade neste artigo é exatamente lembrar que é a fonologia que informa sobre a analisabilidade das expressões: “A matter requiring further discussion is the non-distinctness of phonology from lexicon and grammar” (LANGACKER, 2019, p. 16).

O desfigurar-se a que se refere Maurer Jr. (1959) é precisamente o fenômeno em que me deterei adiante, restringindo-o ao âmbito da sílaba. Antes, no entanto, retorno à polissemia de “depor”. Os significados envolvidos na formação de “deposição” e “depoimento” são parafraseáveis como derrubar, no domínio EVENTO, e como narrar, no domínio ATO DE FALA.

Os substantivos “deposição” e “depoimento” também permitem ver a instanciação de construções por expressões complexas – no caso, resultantes da instanciação de [de + X], cujo elemento fixo “Exprimia em latim a princípio afastamento no sentido ‘de cima para baixo’ (...)” (SAID ALI, 2001, p. 155). A experiência corpórea cima-baixo corresponde a um arquétipo conceitual na gramática cognitiva (cf. Langacker, 2008), em face do qual o significado de “deposição” e o de “depoimento” são instâncias do movimento de cima para baixo: movimento

de pessoa que cai de um cargo em “deposição”, movimento de palavras que caem da boca em “depoimento”.

Apontam para a possibilidade e generalização de que a polissemia, produto da categorização que reúne significados, pode motivar a formação de palavras, produtos da distribuição de significados, casos como [claro + idade] / [claro] + eza, [render + ção] / [render + mento], [salvar + ção] / [salvar + mento], [abster + ção] / [abster + nte].

Ressalto que esta proposta de articulação entre a formação de significados e a formação de palavras exige o discernimento entre (i) a polissemia da expressão estruturalmente simples, como “pôr”, ou complexa, como “depor”; (ii) a seleção de diferentes significados associados à mesma expressão, simples ou complexa, por diferentes construções, como os de “depor” por [X + ção] e [X + mento]; e (iii) a polissemia da palavra estruturalmente complexa, como “deposição” e “depoimento”, na relação que guarda com os processos morfológicos – neste caso, a formação de substantivo a partir de verbo (cf. Basilio, 2004).

O destaque de coisa ou de relação elimina a distinção entre (i) e (iii) por se aplicar tanto a expressões morfológicamente simples quanto a expressões morfológicamente complexas. No entanto, a produtividade de uma construção, que a eleva de esquema a molde, revela a necessidade de distinguir entre (i) e (iii), sem prejuízo à identificação dos processos que incidem tanto na polissemia de expressões morfológicamente simples quanto na de expressões morfológicamente complexas, como a perspectivização, a metáfora e a metonímia (cf. Soares da Silva, 2006, Langacker, 2008, 2009, Dancygier; Sweetser, 2014), mas com foco na independência entre as polissemias envolvidas, diretamente relacionadas à frequência de uso de cada palavra.

A articulação entre a formação da polissemia por meio da categorização de significados e a formação de palavras por meio da instanciação de construções por diferentes significados de construções polissêmicas é o ponto central desta seção. Do contrário, ter-se-ia de dizer tão-somente que o português dispõe de duas construções a serviço da formação de substantivos a partir de verbos, sem captar os domínios em que a polissemia se distribui.

Não se exclui, com isso, a possibilidade de duas construções serem instanciadas pelo mesmo significado de uma expressão. Aí o destaque supre a ausência de (ii), acima, na medida em que *coisa* e *relação* disputam o foco, um dos elementos do *construal*.

Por exemplo, [V + ção] e [V + mento] podem ser instanciadas por “medicar”. No entanto, “medicação” é uma *coisa* que não se afasta totalmente da *relação* processual destacada por “medicar”, ou seja, a *relação* não sai do foco. Daí “medicação” corresponder ao ato de medicar. Já “medicamento” é plenamente *coisa*, ou seja, a *relação* é completamente subfocalizada. Daí “medicamento” corresponder a remédio, como nas seções em farmácias. Quanto a esta outra distribuição semântica, apontam para a possibilidade de generalização casos como [divertir + ção] / [divertir + mento] e [monitorar + ção] / [monitorar + mento].

Em outras palavras, “medicação” é uma *coisa* que, diferentemente do previsto pelo modelo, não se dissocia do escaneamento dinâmico. Já “medicamento” é uma *coisa* que se comporta como previsto pelo modelo, revela escaneamento estático. Assim, a distinção entre *coisa* e *relação* não me parece absoluta, como a própria subdivisão de *coisa* em *count* (conceitualização da coisa como delimitada) e *mass* (conceitualização da coisa como não delimitada) em Langacker (2008, p. 336) permite ver (v. seção 2).

Afinal, as unidades formadas graças à produtividade de construções como [V + ção] e [V + mento] são regiões (*mass* em Langacker, 1987, 2008) em sua interpretação verbal e episódios (*count* em Langacker, 1987, 2008) em sua interpretação nominal. Por exemplo, a interpretação de “declaração” como ato de declarar e a de “inflação” como ato de inflar correspondem a regiões enquanto a interpretação de “declaração” como documento (por metonímia) e a de “inflação” como índice econômico (por metáfora) consistem em episódios, e a interpretação verbal associa a coisa destacada pelo substantivo de chegada à relação destacada pelo verbo de partida.

A polissemia não somente explica a não sinonímia entre “deposição” e “depoimento” ou entre “medicação” e “medicamento”, quanto ao significado lexical, como também motiva a formação de redes de construções, quanto ao significado construcional. Em sua conferência para a promoção a Professor Titular do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a linguista Maria Lucia Leitão de Almeida descreveu a rede ilustrada pelas palavras “autor”, “autoria” e “autoridade”.²

A linguista demonstrou que a construção [X + or] se revela em rede com as construções [X + ia] e [X + idade] na história do português brasileiro, como em “autor”, “autoria” e “autoridade”. A flutuação entre a nomeação e a predicação remete ao clássico “defunto autor ou autor defunto” e faz com que “a condição de ser X” se conserve em “autoridade” e “brevidade” graças à predicação, e não à filiação de “autor” à classe dos substantivos ou à de “breve” à classe dos adjetivos. A linguista também demonstrou que o par [V + or] e [S + ia] pode ser semanticamente caracterizado como agente/lugar da ação, como em “procurador”/“procuradoria”, “defensor”/“defensoria”, “promotor”/“promotoria”, ou agente/ação, como em “curador”/“curadoria”, “relator”/“relatoria”, sempre sob a atuação da metonímia.

Mas por que não há o par “professor”/“professoria”? A linguística cognitiva é uma teoria que rejeita a previsibilidade em favor da motivação. Por isso, as construções até aqui apresentadas nem esgotam as redes que integram nem impedem de identificar outras redes, como a que se vê entre “professor” e “professorado”, “doutor” e “doutorado”. O que dizer, então, de “aluno” e “alunado”? Que a expressão, com ou sem complexidade estrutural, mantém

2 Conferência “A primazia do sentido sobre a forma: estudo de caso em português”, apresentada em 15 de dezembro de 2017 na Faculdade de Letras da UFRJ. A conferência não entra nas referências bibliográficas por não ter sido publicada mas tem sua publicidade garantida pelo processo administrativo de promoção na carreira.

seu destaque: “aluno” é tão coisa quanto “professor” e “doutor”.

A exploração da gramática cognitiva em que venho insistindo permite, ainda, a distinção entre fenômenos morfológicos que a tradição, com as armas de que dispunha, igualou. Os fenômenos em vista são a formação de um elemento invariável a partir de outros elementos invariáveis, como “aria” a partir de “ário” e “ia”, e a rede formada pelas construções [X + or] e [X + ia] nos termos acima.

Quanto a **-arie**, seria neste caso coincidência fortuita, mas nada de estranhar, considerando-se que **-ia** se sobrepõe naturalmente a outros sufixos, como o de agente, etc. (e.g. **tor + ia: sabedoria, recebedoria; oso + ia: port. aleivosia**). Como o sufixo **-arius** é muito mais vivaz na Dácia, é natural que surgissem derivados com a sobreposição de **-ia** a este sufixo. A não admitir que houve aqui coincidência resultante de evolução independente tardia, teríamos que supor que não só **ia**, mas também **aria** já eram usuais no latim vulgar antes da separação, e isto é menos provável ainda do que a existência do simples **-ia**. (MAURER Jr., 1951, p. 93)

Como se vê, o autor equipara a formação de “aria” à combinação de “or” + “ia” e à de “oso” + “ia”. Nos termos propostos neste artigo, com base na gramática cognitiva, trata-se de fenômenos distintos, e nenhum deles se resume na combinação de formas.

O primeiro fenômeno é a mescla, responsável pela formação do elemento invariável “a/eria”. Associada a esse é a existência da construção [X + a/eria], produtiva no português brasileiro, a exemplo de “hamburgueria”, “açaiteria” e “risadaria” (cf. Souza, inédito). Langacker (2008, 2009) menciona a mescla para a caracterização da metáfora não mais como correspondência (*mapping*). Aqui me refiro à manifestação da mescla na morfologia. O olhar dirigido a produtos se interessaria em classificar “depor” como derivação ou composição, “escragiário” como cruzamento e “aria” como um sufixo. Meu olhar dirigido a processos cognitivos identifica a mescla como causa desses epifenômenos.

O outro fenômeno é a participação das construções [X + or] e [X + ia] numa rede, como na conferência da linguista Maria Lucia Leitão de Almeida. Assim, é possível associar “sabedoria” e “comedoria” à rede formada por [X + or] e [X + ia], em que “saber” e “comer” instanciam [X + or] para a formação de “sabedor” e “comedor” e estas instanciam [X + ia] para a formação de “sabedoria” e “comedoria”, e associar “hamburgueria” à produtividade da construção [X + a/eria].

A mescla como causa da formação do elemento invariável de uma construção (como “aria”) se soma à deriva de um elemento de variável a invariável (como “multi”). Já as redes de construções permitem uma abordagem da produtividade como fenômeno semanticamente motivado.

Exploradas a sobreposição de construções e o papel da polissemia na formação de palavras tendo em vista a composicionalidade, retorno à fonologia como parâmetro da analisabilidade,

explorando a arquitetura da sílaba. Para isso, limito-me a recuperar processos fonológicos descritos com base em regras (exatamente como a sobreposição de camadas morfológicas) para revê-los nos termos da gramática cognitiva.

Langacker (2019) afirma que a fonologia é outro campo pouco explorado pela gramática cognitiva. No entanto, desde Langacker (1987), a distinção entre *autonomia* e *dependência* é estendida à fonologia: vogais são consideradas autônomas, consoantes são consideradas dependentes.

Uma crítica à gramática cognitiva (cf. Traugott; Trousdale, 2013) é que a definição da construção como consistente num polo fonológico e um polo semântico seria restritiva. A meu ver, trata-se de outra crítica infundada, especialmente por insistir na distinção entre semântica e pragmática.

A concepção de construção como consistente em um polo fonológico e um polo semântico não se traduz em cisão entre os polos, conforme explicitado por Langacker (2008, 2009, 2019). O status de unidade é semântico, por rotinização em uso, mas repercute na coesão fonológica. Daí a inspiração de Bybee (2010) para formular um processo de domínio geral não previsto na gramática cognitiva: o *chunking*.

Assim, o modelo pode abrigar todos os processos fonológicos que dizem respeito à arquitetura da sílaba. Certamente, não como fenômenos de forma por si, e sim como fenômenos de forma inerentes à instanciação dos moldes.

Um exemplo sincrônico que permite ilustrar tanto a desnecessidade do conceito de palavra quanto uma condição ideal para a instanciação é a expressão “apartear”, formada pela instanciação de [X + ar] pela unidade “à parte”³. Ministros do STF, quando desejam interromper um colega durante a leitura de seu voto, costumam perguntar se podem apartear o colega. O domínio é ATO DE FALA, a pressuposição é que a leitura deve ir do início ao fim sem interrupção, mas o protocolo de polidez permite comentários à parte. Aqui se tem um X que extrapola o limite da palavra, donde, mais uma vez, a desnecessidade do conceito. O que se mantém é o status de “à parte” como unidade, logo disponível para instanciar [X + ar].

Outro exemplo sincrônico é fornecido por Souza (inédito): “pão de queijaria”. A grafia poderia levar a crer que se trata da formação de “queijaria”, em que o escopo (um componente do foco, por sua vez, componente do *construal*) levaria à interpretação PÃO VINDO DE QUEIJARIA. No entanto, trata-se de LUGAR ONDE SE VENDE PÃO DE QUEIJO, com o escopo recaindo sobre a unidade simbólica “pão de queijo”: [pão de queijo + a/eria]. Mais uma instanciação por unidade forjada pela rotinização, e não pelo status de palavra.

3 Pode-se argumentar que é o substantivo “aparte” que instancia a construção [X + ar]. O argumento é válido mas apenas desloca a discussão da formação de “apartear” para a formação de “aparte”. Não acolho a análise alternativa por submeter a formação de “aparte” à formação de “apartear”, e não o inverso.

Um fenômeno diacrônico que também permite ilustrar a dispensabilidade do conceito de palavra é a expressão “reivindicar”, formada também pela instanciação de [X + ar] pelo sintagma “*rei vindicatio*” (em português, vindicação da coisa). O caráter herdado da formação implica baixa analisabilidade e composicionalidade.

Ressalto, no entanto, que a formação da unidade remeter a outra sincronia não necessariamente resulta em baixa analisabilidade e composicionalidade. Um exemplo que tais propriedades se conservam altas é “sensaboria”. Novamente, o status de unidade não coincide com o status de palavra: [sem sabor + ia].

Numa seção dedicada à produtividade, importam as condições ideais de analisabilidade e composicionalidade. Em tais condições, o caráter autônomo das vogais e o caráter dependente das consoantes influem na arquitetura da sílaba.

Diferentemente da concepção dos processos fonológicos com base nas noções de regra e palavra, a concepção dos processos fonológicos como base nas noções de construção e unidade simbólica leva a ver a formação de [à parte + ar] como exemplo de condição ideal de analisabilidade por não incluir nenhuma perda fonológica. Em português, os graus de perda fonológica vão do ajuste da estrutura silábica, como em [legal + izar], em que a coda no elemento variável se torna ataque na expressão resultante da instanciação, à quase total desfiguração do elemento variável, a exemplo do que Maurer Jr. (1959) aponta. Entre os extremos, há apenas a perda da vogal final, como em [cabo + ear], ou consoante final, como em [inflar + ção]; a perda da coda acompanhada da neutralização do núcleo, como em [emagrecer + mento] e [bater + mento], padrão que outrora afetou [depor + mento]; ou a perda de toda a sílaba, como em [produzir + ção] e [delatar + ção].

Como evidência da independência entre analisabilidade e composicionalidade, a presença do mesmo processo fonológico leva ao mesmo grau de analisabilidade mas não necessariamente ao mesmo grau de composicionalidade. Por exemplo, [relatar + ção] e [delatar + ção] exibem o mesmo processo de supressão da sílaba final na instanciação. No entanto, a relação semântica entre “delatar” e “delação” está cognitivamente ativa, donde não haver motivação para a formação de “delacionar”; já a relação entre “relatar” e “relação” está cognitivamente inativa, donde haver motivação para a formação de “relacionar”.

Como o caminho da etimologia à pragmática (Sweetser, 1990) deixa rastros, a polissemia de “relação” guarda o vestígio de “relatar” no significado equivalente ao de LISTA, como em “relação de ingredientes”. Tal vestígio, contudo, não é suficiente para manter “relatar” semanticamente acessível camada morfológica abaixo. Então, estabelece-se entre “relatar” e “relação” o mesmo que entre “solver” e “solução”: transparência morfológica (alta analisabilidade) com opacidade semântica (baixa composicionalidade), donde a independência dos dois parâmetros na gramática cognitiva, diferentemente do que preferem Traugott e Trousdale (2013).

O preço fonológico máximo é a perda da sílaba final somada à alteração da vogal da sílaba anterior à final, como em [redigir + ção] e [coligir + ção]. Se a sílaba anterior à final for travada, perde a coda, como em [infringir + ção]. Esse não é um fenômeno observável em construções produtivas, conforme enfatizado na seção anterior: “Novel expressions are fully analyzable, since the speaker has to construct them from component elements on the basis of their meanings. Established expressions may be less analyzable” (LANGACKER, 2009, p. 26).

Tais exemplos me permitem finalizar remetendo ao ponto de partida: o caráter baseado no uso da gramática cognitiva. Tendo em vista que “redigir” e “redação” são quase igualmente usuais enquanto “coligir” e “colação” não, o falante não parte de “redação” para remontar “redigir”, ambos estão disponíveis. Já “colação” é usado apenas na expressão “colação de grau” por universitários e na expressão “trazer à colação” por operadores do direito.⁴

Entre universitários, verifica-se a remontagem do não usado a partir do usado, “colar” a partir de “colação”, a exemplo da perda apenas da coda, como em [inflar + ção], condição padrão de analisabilidade do verbo a partir do substantivo deverbal. Entre operadores do direito, “coligir” e “colação” são tão igualmente usados quanto “redigir” e “redação” fora do judiciário. A disponibilidade cognitiva de ambas as expressões não leva à remontagem de uma a partir da outra.

Concluo esta seção sem a pretensão de esgotar os processos fonológicos previstos na literatura. Meu objetivo é associar os fenômenos relativos à arquitetura da sílaba às condições de analisabilidade nos termos da gramática cognitiva, em sua articulação com a composicionalidade. Trata-se tão-somente de uma exploração do polo fonológico da construção a fim de evitar a suposta restrição da linguística cognitiva ao polo semântico.

Concluindo

Estas provocações morfológicas à gramática cognitiva consistem em unir o dito e o não dito por Langacker (1987, 2008, 2009, 2019). As considerações sobre os processos fonológicos remetem ao polo fonológico da construção, a que associo a analisabilidade. As considerações sobre a polissemia remetem ao polo semântico da construção, a que associo a composicionalidade. Elas respondem às afirmações de Langacker (2019) de que o modelo dedica pouca atenção à fonologia e à morfologia. Mais que escolher um fenômeno linguístico para ilustrar o poder descritivo e explicativo do modelo, começo por defender seu caráter baseado no uso num estrato

4 Novamente, formulo a questão de forma simplificada para preservar seu caráter incidental num debate mais amplo. A rigor, é forçoso considerar a polissemia de “grau”, metaforicamente motivada para a nomeação de um título obtido gradativamente, donde “graduação”. Por sua vez, “coligir” é morfológicamente complexo, o que remete à polissemia caracterizada pelos processos de formação de palavras. Por fim, é necessário considerar a frequência da expressão “colação de grau”, que lhe confere autonomia em relação ao sintagma verbal correspondente. Logo, ao isolar a reconstituição de “colar” a partir de “colação”, retrinjo-me a um dos aspectos da questão, tendo em vista identificar o papel da morfologia na mudança linguística.

de generalidade acima do que se verifica com o levantamento de expressões em *corpora*. Seria esperado, então, que as provocações explorassem a generalidade do significado construcional, mas ela se revela o ponto de partida para discutir o significado lexical.

O objetivo foi articular o que a linguística cognitiva, em geral, e a gramática cognitiva, em particular, acumulam de conhecimento sobre a formação de significados com o que a linguística gerativa, em geral, e a gramática gerativa, em particular, estabelecem como problemas a que toda teoria deve responder, nomeadamente a formação de palavras.

Para tanto, preservo os problemas, abandono parte do acervo conceitual empregado pelo lexicalismo gerativo e procuro demonstrar que distinções formuladas pela gramática cognitiva permitem um tratamento unificado da formação de significados e da formação de palavras. Com construções em vez de regras, unidades em vez de palavras e sem categorias de formas herdadas da tradição lexicológica, convido a ver que a polissemia organiza tanto os significados de uma unidade quanto sua disponibilidade para instanciar uma construção alçada à condição de molde.

O modelo eleito para dirigir as provocações permite articular o dito (distinções fundamentais em prol da descrição do significado construcional) e o não dito (aplicação das mesmas distinções em prol da descrição do significado lexical), integrando:

- a centralidade da polissemia com características próprias em expressões morfológicamente simples e em expressões morfológicamente complexas, dado que a complexidade estrutural remete às classes de palavras envolvidas, definidas com base na distinção entre coisa e relação, mas também ao processo morfológico envolvido, definido com base nas motivações semânticas para se formar coisa a partir de coisa (ex.: [menino + inho]), coisa a partir de relação (ex.: [inflar + ção]) e relação a partir de coisa (ex.: [sabor + oso]);

- a relação entre a polissemia da construção instanciada e a polissemia da expressão formada pela instanciação como parâmetro de composicionalidade;

- a formação de palavras como redistribuição dessas diferentes polissemias ou como (sub) focalização da coisa ou da relação;

- o papel da morfologia na variação, como no convívio entre “colar” e “coligar” a partir de “colação”, em função do acesso à camada morfológica abaixo mediante diferentes processos fonológicos conforme os fatores idade e letramento;

- o papel da morfologia na mudança, como na:

- suplantação de “coligar” por “colar” sem nenhuma indagação sobre onde entra a cola, estritamente pela aposta na analisabilidade máxima, em que “colação” guardaria com a camada morfológica inferior a mesma relação que “inflação”;

- formação do elemento invariável de uma construção por mescla (ex.: “aria”) ou evolução de um elemento variável (ex.: “multi”);

- a arquitetura da sílaba como parâmetro de analisabilidade no que diz respeito à instanciação como processo inerente à produtividade em termos cognitivistas.

A integração entre fenômenos tradicionalmente associados a diferentes ramos da linguística configura uma agenda de pesquisa que teste os limites da gramática cognitiva sem adesão passiva nem crítica como pretexto para a proposta de um modelo alternativo, com menos densidade epistemológica. O cerne da proposta aqui esboçada é a centralidade da polissemia, seja pela atuação da categorização, seja pela sua influência na formação de palavras, concebida como redistribuição semântica morfológicamente sinalizada.

A principal conclusão é pela necessidade de considerar a alternância entre processos de domínio geral, como a categorização, com vistas ao significado construcional, e processos de domínio específico, como a instanciação, com vistas ao significado lexical associado à produtividade dos moldes. Assim, o farto repertório conceitual dedicado ao significado construcional (especificidade, foco, proeminência e perspectiva) cede espaço a uma abordagem ao significado lexical com base na articulação entre a categorização quanto à formação de significados e a instanciação quanto à formação de palavras, no vértice mesmo entre a generalidade da gramática e a especificidade do léxico.

Referências

ALMEIDA, M. L. L. de; LEMOS DE SOUZA, Janderson; KEWITZ, Verena. Preposições complexas: moldes e modos. In: TENUTA, Adriana; COELHO, Sueli (org.). ANDRADE, A. D. *A metáfora no Discurso das Ciências*. 2010.174 f. Dissertação (Mestrado em Letras-Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.

BROWN, T. L. *Making Truth: Metaphor in Science*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 2003.

CAMERON, L. *Metaphor in educational discourse*. London: Continuum. 2003.

CAMERON, Lynne. Identifying and describing metaphor in spoken discourse data. In: CAMERON, Lynne. LOW, Graham (Orgs.). *Researching and Applying Metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 105-134.

COOK, G. *The Discourse of Advertising*. London: Routledge, 2001.

DAVIES, M. *Corpus of News on the Web (NOW)*. Disponível em: <<https://www.corpusdoportugues.org/now/>, 2020>. Acesso 02 abr. 2020.

EUBANKS, P. *A War of Words in the Discourse of Trade: The Rhetorical Constitution of Metaphor*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2000.

FORCEVILLE, C. *Pictorial Metaphor in Advertising*. London: Routledge, 1996.

GIL, M. M. *Metáfora no ensino de língua materna: em busca de um novo caminho*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras- Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em

Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

HOBBS, T. *Leviathan*. (Org.) HAY, Rod. London: McMaster University Archive of the History of Economic Thought, 1997. Originalmente publicado em 1651.

KELLER, E. F. *Refiguring Life: Metaphors of Twentieth-century Biology*. New York: Columbia University Press, 1995.

KUHN, T. S. Metaphor in Science. In: ORTONY, Andrew (Org.). *Metaphor and Thought*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 533-542.

LAKOFF, G.; ESPENSON, J.; SCHWARTZ, A. *Master Metaphor List*. 2ª ed. California: Cognitive Linguistics Group University of California at Berkeley, 1991. Disponível em <<http://araw.mede.uic.edu/~alansz/metaphor/METAPHORLIST.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

LAKOFF, G. *Conceptual Metaphor Home Page*. California, University of California, Berkeley, 22 mar. 1994. Disponível em <<http://www.lang.osaka-u.ac.jp/~sugimoto/MasterMetaphorList/MetaphorHome.html>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

LAKOFF, G. JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução ZANOTTO, Mara Sophia et al. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2002. Originalmente publicado em 1980.

LEARY, D. E. *Metaphors in the History of Psychology*: Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MUSOLFF, A. *Metaphor and Political Discourse: Analogical Reasoning in Debates about Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

NETO, A. C. S.; FOSSILE, D. K.; HERÊNIO, K. K. P. A Metáfora no Livro Didático de Ensino Médio: um Estudo Feito a partir dos Manuais Aprovados Pelo PNLD 2014. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.12, n.3, p.71 - 785, 2015.

NERLICH, B. HALLIDAY, C. Avian flu: the creation of expectations in the interplay between science and the media. *Sociology of Health and Illness*, Leeds, Inglaterra, Vol. 29, n.1, p. 46-65, Jan.-Feb., 2007.

PRAGGLEJAZ MIP: a method for identifying metaphorically used words in discourse. *Metaphor and Symbol*. Oxford, v. 22, n.1, p. 1-39, 2007.

MEDALAR, Beth. *Sistema Imunológico*. Mountain View: Google, 2016. (12 min 48 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mSFy3GINMjs>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

RAMOS, Kennedy. *Sistema Imunológico*. Mountain View: Google, 2018. (34 min 48 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IW_pOyMy74w&list=PLh1nSI6Y-RoMkTa357_rh0J2xO7MJE29T&index=5>. Acesso em: 02 abr. 2020.

- REISFIELD, G. M.; WILSON, G. R. Use of Metaphor in the Discourse on Cancer. *Journal of Clinical Oncology*, Alexandria, Virginia, v. 22, n.19, p. 4024- 4027, set-out, 2004.
- SEMINO, E. *Metaphor in Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SONTAG, Susan. *AIDS and its Metaphors*: London: Penguin, 1988.
- TEMMERMAN, Rita. Metáforas pelas quais as biociências vivem. In: SIQUEIRA, Maity; OLIVEIRA, Ana Flávia Souto de. (Orgs.). *Cadernos de Tradução – Linguística Cognitiva*. 31ª ed. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2012. P. 127-142.
- VILELLA, Marcos Marreiro; FERRAZ; Marcela Lencine. *Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas*. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015.
- : perspectivas teóricas e descritivas. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2018, p. 157-180.
- BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BASILIO, M. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 47, 2004, p. 49-71.
- BASILIO, M. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2010, p. 1-14.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. *Figurative language*. New York: Cambridge University Press, 2014.
- KEWITZ, V.; ALMEIDA, M. L. L. de; LEMOS DE SOUZA, J. Algumas dimensões espaciais do português: o caso de cerca, cima e baixo. In: ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato (org.). *História do português brasileiro*. Vol. 8: História semântica do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020, p. 302-345.
- GIBBS Jr., R. Why cognitive linguists should care more about empirical methods. In: GONZALEZ-MARQUEZ, M.; MITTELBERG, I.; COULSON, S.; SPIVEY, M. (ed.). *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006, p. 2-18.
- LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. V. I: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.
- LANGACKER, R. *Investigations in cognitive grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 22, número 2, p. 303-323, 2020.